



## FORMULÁRIO DE CANDIDATURA AO PROCEDIMENTO CONCURSAL

### Código de Identificação do Procedimento

Código da Publicação na BEP \_\_\_\_\_ Código do Candidato <sup>(a)</sup> \_\_\_\_\_

### Caracterização do Posto de Trabalho

Carreira: \_\_\_\_\_ Categoria: \_\_\_\_\_

Área de Atividade: \_\_\_\_\_

RJEP por tempo indeterminado

RJEP por tempo determinado

RJEP por tempo determinável

### 1 - Identificação do Candidato

Nome completo: \_\_\_\_\_

Data de nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Sexo: \_\_\_\_\_

Nacionalidade: \_\_\_\_\_

N.º do Cartão de cidadão: \_\_\_\_\_ Validade: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

N.º de Identificação fiscal: \_\_\_\_\_

Morada: \_\_\_\_\_

Localidade: \_\_\_\_\_

Código postal: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

Concelho de residência: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_ Telemóvel: \_\_\_\_\_

Endereço eletrónico: \_\_\_\_\_

(a) A preencher pela Entidade

## 2 - Nível Habilitacional

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Menos de 4 anos de escolaridade                     | <input type="checkbox"/> Bacharelato          |
| <input type="checkbox"/> 4 anos de escolaridade (1.º ciclo do ensino básico) | <input type="checkbox"/> Licenciatura         |
| <input type="checkbox"/> 6 anos de escolaridade (2.º ciclo do ensino básico) | <input type="checkbox"/> Mestrado             |
| <input type="checkbox"/> 9.º ano (3.º ciclo do ensino básico)                | <input type="checkbox"/> Doutoramento         |
| <input type="checkbox"/> 11.º ano  | <input type="checkbox"/> Habilitação ignorada |
| <input type="checkbox"/> 12.º ano  |   |

2.1 – Identifique o curso e/ou áreas de formação:

---

2.2 – Indique cursos de pós-graduação, mestrado ou doutoramento:

---

## 3 – Situação Jurídico/Funcional do Candidato

3.1 – Titular de relação jurídica de emprego público (“funcionário público”) Sim  Não

Caso tenha respondido “Não”, passe diretamente ao ponto 4. deste formulário.

3.2 – Caso tenha respondido “Sim”, especifique a sua situação:

Nomeação	Definitiva	
	Transitória por tempo determinado	
	Transitória por tempo indeterminado	
Contrato	Tempo indeterminado	
	Tempo determinado	
	Tempo determinável	
Situação atual	Em exercício de funções	
	Em licença	
	Em valorização profissional	
	Outra	

3.3 – Órgão ou serviço onde exerce ou por último exerceu funções:

---

3.4 – Carreira e categoria detidas:

---

3.5 – Atividade exercida ou que por último exerceu no órgão ou serviço?

---

3.6 – Avaliação de desempenho (últimos três biénios):

Biénio \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ Menção quantitativa \_\_\_\_\_

Biénio \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ Menção quantitativa \_\_\_\_\_

Biénio \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ Menção quantitativa \_\_\_\_\_

#### 4 – Formação ou Experiência Profissional Substitutiva do Nível Habilitacional Exigido

4.1 No caso de a publicidade permitir a candidatura sem o grau académico exigido, indique a formação ou experiência profissional substitutiva.

---



---



---



---



---

#### 5 – Opção por Métodos de Seleção

Se é titular da categoria e se encontra a exercer funções idênticas às do(s) posto(s) de trabalho publicitado(s) ou, encontrando-se ao abrigo do Regime de Valorização Profissional, as cumpriu ou executou por último, e pretende usar da prerrogativa de afastamento dos métodos de seleção obrigatórios, nos termos do n.º 3 do art. 36.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, assinale a seguinte declaração:

“Declaro que afasto os métodos de seleção obrigatórios, **Avaliação Curricular e Entrevista de Avaliação de Competências**, e opto pelos métodos **Prova de Conhecimentos e Avaliação Psicológica**. “

## 6 – Requisitos de Admissão

“Declaro que reúno os requisitos previstos no artigo 17.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas:

- Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, por convenção internacional ou lei especial;
- 18 anos de idade completos;
- Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
- Cumprimento das Leis de vacinação obrigatória.

Se for o caso, reúno os requisitos que lei especial preveja para a titularidade da categoria.”

Sim

Não

## 7 – Necessidades Especiais

Caso lhe tenha sido reconhecido, legalmente, algum grau de incapacidade, indique o respetivo grau, o tipo de deficiência e se necessita de meios/condições especiais para a realização dos métodos de seleção.

7.1 – Grau de incapacidade: \_\_\_\_\_

7.2 – Tipo de deficiência: \_\_\_\_\_

7.3 – Indique se necessita de meios/condições especiais para a realização dos métodos de seleção:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## 8 – Declaração

“Declaro que são verdadeiras as informações acima prestadas.”

“Declaro ainda que autorizo o uso do endereço eletrónico, contido no presente formulário, para efeitos dos artigos 63.º e 112.º do Código do Procedimento Administrativo, no âmbito do Procedimento Concursal Comum de Recrutamento acima referido.”

Localidade: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Documentos que anexa à candidatura:

- Currículo
- Fotocópia do Certificado de Habilitações
- Comprovativos de formação (quantidade \_\_\_\_\_)
- Declaração comprovativa da relação jurídica de emprego pública, indicando a carreira e categoria de que é titular, da atividade que executa e do órgão ou serviço onde exerce funções
- Declaração comprovativa do respetivo grau de incapacidade e tipo de deficiência
- Outros documentos: \_\_\_\_\_

### 9 – Declaração de Consentimento do Tratamento de Dados

Nos termos do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, aprovado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (RGPD), informa-se o seguinte: O Município de Sobral de Monte Agraço, procede ao tratamento dos dados pessoais dos(as) candidatos(as) com a finalidade de dirigir o processo de recrutamento, através dos elementos que compõem o respetivo júri e de um número restrito de trabalhadores dos Recursos Humanos, onde se inclui a análise dos requisitos de admissão e a aplicação dos métodos de seleção previstos na publicitação do procedimento, bem como a publicitação da lista de candidatos admitidos e excluídos, das listas dos candidatos aprovados e não aprovados no decorrer da aplicação dos métodos de seleção, da lista unitária de ordenação final e respetivas audiências dos interessados, e, ainda, comunicações e notificações, fornecimento de acesso aos(às) contrainteressados(as), nos limites legais, para efeitos de audiência dos interessados, impugnação administrativa ou judicial. Os dados pessoais recolhidos são tratados ao abrigo das obrigações jurídicas determinadas pela Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e pela Portaria n.º 233/2022, de 09 de setembro, as quais decorrem do interesse público refletido no n.º 2 do art.º 47.º da Constituição da República Portuguesa, ao determinar o concurso público como forma de ingresso na Administração Pública. O tratamento dos dados fundamenta-se, ainda, nas diligências pré-contratuais para estabelecimento do vínculo de emprego público (alíneas c) e e) do n.º 1 do art.º 6.º do RGPD). No que se refere aos dados de saúde relativos ao grau de incapacidade detido por um determinado candidato, o respetivo tratamento fundamenta-se no cumprimento de obrigações pelo responsável do tratamento (alínea b) do n.º 2 do art.º 9.º do RGPD, e Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de

fevereiro, que estabelece o sistema de quotas de emprego na administração pública para pessoas com deficiência). O responsável pelo tratamento pode recorrer aos serviços prestados por entidades especializadas, de natureza pública ou privada, no que se refere aos dados relativos a eventual avaliação psicológica, entrevista de avaliação de competências e realização de exames médicos, que estão sujeitos a especial sigilo e fundamentam-se no cumprimento de obrigações (alínea b) do n.º 2 do art.º 9.º do RGPD). O não fornecimento dos dados pessoais tem as consequências previstas na publicitação do procedimento. As comunicações para o exercício dos direitos atribuídos pelo direito da União Europeia e nacional devem ser dirigidas à Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, através dos respetivos endereço de correio eletrónico ([geral@cm-sobral.pt](mailto:geral@cm-sobral.pt)) e morada: Praça Dr. Eugénio Dias, n.º 4, 2590-016 Sobral de Monte Agraço. Os dados pessoais são conservados pelo prazo de cinco anos contados da data de homologação da lista unitária de ordenação final, findo o qual são eliminados. Os dados pessoais cujo tratamento se autoriza pela presente declaração não poderão servir para quaisquer fins de comercialização direta ou outros de natureza comercial, incluindo a definição de perfis ou para quaisquer outras decisões automatizadas e poderão ser objeto de portabilidade nos termos do artigo 20.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados. O Município de Sobral de Monte Agraço compromete-se, no âmbito do processo apresentado, a cumprir o disposto na Lei de Proteção de Dados Pessoais, bem como na demais legislação aplicável designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenham tido acesso ou que lhes sejam transmitidas no âmbito deste processo, sem que para tal tenha sido expressamente autorizada, comprometendo-se a utilizá-los exclusivamente para finalidades determinantes de recolha, abstendo-se de qualquer uso fora do contexto, quer em benefício próprio, quer de terceiros.

Tomei conhecimento e concordo.

Data: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

(Conforme Cartão Cidadão)